



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE  
ITAPEJARA D'OESTE - PR  
C.N.P.J. 77.778.629/0001-91**

**PARECER TÉCNICO COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DO  
PODER LEGISLATIVO DE ITAPEJARA D'OESTE, ESTADO DO PARANÁ.**

PRESIDENTE: Karla Mayara Gubert

MEMBRO: Ednardo Silvestre Balbinotti

SECRETARIO: Vilucir Lanhi

Assunto: Projeto de Lei de Autoria do Poder Executivo nº 61 de 2025 cuja súmula *“Dispõe sobre a aquisição de imóveis mediante oferta de créditos em precatórios, regula a celebração de acordos diretos e dá outras providências.”*

**Relator: Ednardo Balbinotti**

INTERESSADO: Douto Plenário do Poder Legislativo de Itapejara D'Oeste – PR.

**1.0 Relatório**

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, da Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, nos termos dos Artigos 53 a 89 do Regimento Interno desta Casa de Leis, reuniram-se na data de hoje, para analisar e emitir Parecer sobre o PLO/EXEC Nº 61/2025 cuja súmula: *“Dispõe sobre a aquisição de imóveis mediante oferta de créditos em precatórios, regula a celebração de acordos diretos e dá outras providências.”*

**2.0 Voto do Relator**

Conforme disposto no Art. 61 do R.I desta Casa de Lei.

*Art. 61. Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou deliberação do Plenário.*



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE  
ITAPEJARA D'OESTE - PR  
C.N.P.J. 77.778.629/0001-91**

*§ 1º É obrigatória a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final sobre todos os processos pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino por este Regimento.*

*§ 2º Concluindo a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um Projeto, deve o parecer ir à Plenário para ser discutido e, somente quando rejeitado o parecer, prosseguirá o processo sua tramitação.*

A proposição atende a todos os requisitos de **Constitucionalidade, Legalidade e Juridicidade**, além de apresentar uma **Técnica Legislativa** adequada, conforme detalhado abaixo:

1. **Constitucionalidade e Amparo Legal:** O Projeto encontra seu fundamento principal no **Artigo 100, parágrafo 11, inciso II, da Constituição Federal**, que faculta ao credor de precatório a utilização de seus créditos para a compra de imóveis públicos do ente federativo devedor, desde que haja lei municipal regulamentando o procedimento. A matéria é de **iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo**, pois trata da organização administrativa e da gestão de dívidas e patrimônio municipal, e o **Parecer Jurídico nº 61/2025** confirma que a questão dos precatórios, ao refletir interesse público e gestão de dívida, é de competência do Município (Art. 30, I da CF e Art. 17, I da LOM).
2. **Legalidade e Juridicidade da Matéria:** O Projeto de Lei nº 061/2025 está alinhado com as diretrizes da Emenda Constitucional nº 99/2017 e da Lei Orgânica Municipal. A matéria é juridicamente correta por criar um mecanismo que, conforme a **Justificativa do Ofício nº 331/2025**, fortalece a gestão fiscal, promove a redução do passivo financeiro e proporciona maior agilidade e transparência no pagamento dos precatórios, transformando passivos em ativos (imóveis) para a Administração. A norma está em sintonia com os princípios constitucionais da **eficiência e economicidade**.
3. **Técnica Legislativa e Redação Final:** O Projeto é extenso, mas está estruturado de forma clara e metódica, dividindo-se em capítulos que tratam separadamente da aquisição de imóveis mediante precatórios (Capítulo I) e dos acordos diretos (Capítulo II). A redação é técnica e precisa, definindo conceitos como o "Valor Líquido Disponível" (Art. 2º) e estabelecendo regras transparentes para o deságio e a Certidão do Valor Líquido Disponível (Art. 2º e Art. 12). Foram também previstas as sanções para má-fé (Art. 24) e a revisão anual dos percentuais de deságio (Art. 26), o que garante a segurança jurídica e a adequação do texto normativo.



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE  
ITAPEJARA D'OESTE - PR  
C.N.P.J. 77.778.629/0001-91**

Em face da conformidade constitucional, legal e da correta aplicação da técnica legislativa, o Projeto de Lei nº 061/2025 possui os requisitos formais necessários para tramitar e ser aprovado.

### 3.0 Conclusão

Ante o exposto, emito parecer **FAVORÁVEL** por parte da relatoria designada da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 61 de 2025 de autoria do Poder Executivo, estando este apto para apreciação em Plenário.

Este é o parecer, salvo melhor juízo do Soberano Plenário.

Expeça-se aos interessados.

Itapejara D'Oeste, Paraná, 11/12/2025

Karla Mayara Gubert  
Presidente

( ) favorável ao parecer

( ) desfavorável ao parecer

Ednardo Silvestre Balbinotti  
Membro

( ) favorável ao parecer

( ) desfavorável ao parecer

Vilucir Lanhi  
Secretário

( ) favorável ao parecer

( ) desfavorável ao parecer